

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE CT-SAÚDE/CIF

No dia vinte de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e cinco minutos, pela plataforma Teams, teve início a **parte restrita** da **66ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Dos participantes, registro: Adélia Soares (Fórum de Prefeitos), Alecksey Correa (EY), Alice Rodrigues de Matos (SMS Governador Valadares/MG), Ana Amélia S. (Timóteo), Ana Gabriela de Souza Andrade (ADAE/ES), Ana Paula Vitali, André Carvalho Alcântara (SES), Cataryna Moraes (EY), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPRQD/Degredo/Linhares), Duarte Junior, Eduardo B. P. (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Elias Melo de Oliveira (SES/MG), Fabiano da Cunha Estevão Diniz (Fundação Renova), Fernanda Gomide (Fundação Renova), Gabriela Porto (Assessoria Técnica Independente – Centro Agroecológico Tamanduá do médio Rio Doce), Guilherme Alves Barroso (ADAE/ES), Isabella de Castro Oliveira (SRS Ponte Nova), Ivan Ferreira Brum (SMS/Resplendor/MG), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (CRQ Degredo/ES), Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos Aracruz/ES), Joice Rodrigues da Cunha (SES/MG), Keila Cristina (Flacso), Laiza Alvarenga (ATI ASPERQD), Lucas Daniel Marciano de Oliveira (SES/MG), Luciene dos Santos, Maria Isabel (EY), Matheus Vinícius Costa (SES/MG), Micheline S. R. S. (SMS Regional de Saúde Coronel Fabriciano), Paula Cambraia de Mendonça Viana (Fundação Renova), Paula Vieira Gonçalves De Souza (Fundação Renova), Rafaeli Bruni (IEMA), Raniere Martinelli do Prado (Prefeitura de Belo Oriente/MG), Roberto da Costa Laperriere (SESA/ES), Tânia Guimarães (Flacso), Tatiana Medeiros Tatagiba (SETADES/ES), Tatiane Cristina Nicomedio Dos Santos (Assessoria Técnica), Tharso (Timóteo), Vinícius do Nascimento Oliveira (Fundação Renova), Wallisson Albergaria (Advocacia Sion - Belo Horizonte/MG), Walquimar (Comissão de Atingidos de Povoação), Wenner Shaday Tavares (SES/MG).

Reunião Restrita	
Pauta	Discussão

a) Apresentação dos presentes
b) Aprovação da ata das 64ª e 65ª ROs da CT-Saúde
c) Revisão dos Encaminhamentos da 65ª RO da CT-Saúde
d) Informes: Reunião com a DPU, Fórum dos Prefeitos e Gerenciador CIF

Verificado o quórum de instalação, o coordenador, o sr. Lucas Daniel Marciano de Oliveira, cumprimentou os participantes e fez uma rodada de apresentação. Após a leitura da pauta, informou a solicitação de ponto extra pauta feita por Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, que solicitou inclusão de ponto extra pauta: situação dos equipamentos sociais das comunidades quilombolas de Mariana/MG (Engenho Queimado, Embaúbas, Santa Efigênia e Crasto), o que foi aprovado. O ponto foi acolhido e a pauta aprovada sem mais alterações. O Coordenador da CT Saúde informou que as atas da 64ª e da 65ª RO da CT Saúde serão colocadas para a aprovação na próxima RO. Informou sobre as questões debatidas no Fórum de Prefeitos. Relatou conversa com a DPU sobre o acordo de Barra Longa/MG e sugeriu que o município verifique junto à Defensoria e Procuradoria do município perspectivas de desenvolvimento do acordo. Ressaltou a importância da participação do Fórum de Prefeitos nas reuniões da CT. Agradeceu Adélia Soares pela presença e contribuições. Quanto à reunião com o gerenciador CIF o coordenador da CT Saúde relatou que compreendeu sobre as regras do Regimento Unico das CTs e do Regulamento de Custeio e que para se fazer mudanças deve ser encaminhado para revisão das normativas. Acrescentou que com a reunião, visou entender as possibilidades de influenciar na logística e avaliar o orçamento da CT, checar as viabilidades de realização das reuniões com toda a logística necessária nos territórios e os valores das passagens. As contratações devem ser avaliadas antes das contratações. Acrescentou que ficou mais tranquilo com a informação de que o orçamento da CT está preservado, assegurando a realização das ações previstas para o ano. Roberto da Costa Laperriere (SESA/ES), perguntou se as aquisições só podem ser realizadas a partir do envio da planilha com todas as solicitações de custeio? Lucas Daniel informou que as solicitações enviadas após o prazo estipulado e após o envio da primeira leva de solicitações, são viabilizadas posteriormente. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, mencionou que a coordenação da CT responde pelos erros que ocorrerem no orçamento, por isso, avaliou importante que os coordenadores acessem os orçamentos antes das contratações. Lucas Daniel, coordenador da CT Saúde, relatou que o gerenciador assegurou a lisura do processo frente ao que foi pactuado e apontou a possibilidade de levar a discussão ao CIF, já que perpassa por todas as CTs. Joéci Lopes, representante da Comissão de atingidos de Aracruz/ES, considerou importante os membros participarem das construções, pois as consequências afetam a todos. Tatiana Medeiros Tatagiba, representante da SETADES, considerou necessário ter o detalhamento das despesas e mencionou que há membros que insistem em ultrapassar as regras, demandando itens não previstos nas normativas. Sugeriu maior

	<p>disponibilização das informações, divulgando as normas e dando orientações a todos. Lucas Daniel, coordenador da CT-Saúde, relatou que o gerenciador de custeio se dispôs a fazer explicações se solicitados. Joéci Lopes, representante da Comissão de atingidos de Aracruz/ES, mencionou ter dúvidas sobre diversos itens, inclusive gostaria de saber onde vão os recursos que são economizados nos custos (E.66.01).</p>
<p>Encaminhamento E66.01</p>	<p>Pautar na próxima RO uma explicação do gerenciador de custeio e esclarecimentos de dúvidas dos membros</p>
<p>Extra Pauta: Situação dos equipamentos sociais das comunidades quilombolas de Mariana/MG</p>	<p>Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, descreveu a precariedade dos equipamentos sociais de saúde, especialmente da comunidade de Crasto, em que as diretrizes mínimas de saúde são desrespeitadas. Informou que o equipamento não possui geladeira para armazenamento de vacinas, não disponibiliza equipe e carro para atendimento domiciliar às pessoas com mobilidade reduzida. Sugeriu que a CT Saúde verifique as situações de assistência à saúde nas comunidades quilombolas, cheque se os planos de saúde de Mariana contemplam as comunidades quilombolas e qual é o cronograma de ações previsto. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, sugeriu verificar, também, as verbas de emendas parlamentares, que ainda não foram implementadas. Lucas Daniel, coordenador da CT Saúde, relatou que no Estado há um setor que cuida especificamente das redes de saúde das comunidades tradicionais, que será convidado para a próxima RO (E.66.02). Lucas Daniel mencionou que aguarda a provocação da CT IPCT para a realização de uma reunião intercâmaras – CT Saúde e CT IPCT. Em seguida o coordenador da CT- Saúde deu sequência aos trabalhos como detalhado a seguir.</p>
<p>Encaminhamento E.66.02</p>	<p>Convidar a Secretaria Estadual de Saúde de MG/Subsecretaria de Coordenação para apresentar na 67ª RO da CT-Saúde a situação das redes de saúde das comunidades quilombolas em Minas Gerais.</p>
<p>2. Pautas dos GTs</p>	
<p>a) GT- Água:</p>	
<p>Pauta</p>	<p>Discussão</p>
<p>Informe sobre a reunião do GT do dia 19 de setembro de 2023</p>	<p>Alice Rodrigues de Matos, representante da SMS Governador Valadares/MG e coordenadora do GT Água, informou que, o GT finalizou a preparação dos ofícios a serem enviados ao sistema de abastecimento de água dos diversos municípios onde a qualidade da água não está satisfatória: Aracruz, Tumiritinga, Alpercata, Governador Valadares, Resplendor, Marilândia, Baixo Guandu, Barra Longa, Galileia, Santana do</p>

<p>1. Confeção de Ofícios - Notificação das inconformidades identificadas nos SAAs do PMQACH –</p>	<p>Paraíso, Belo Oriente, Linhares, Itueta. Os ofícios, assinados pela CT SHQA e CT-Saúde, e os ofícios de inconformidade, serão enviados às superintendências regionais, que os entregarão aos seus municípios, os quais dialogarão com os responsáveis técnicos pelas estações de tratamento de água. Rafaelli Bruni, representante do IEMA, solicitou copiar a CT SHQA ao enviar a NT Intercâmaras nº 08 à SECEX, em resposta ao ofício 319.</p>
<p>2. Avaliação dos Boletins do PMQACH</p>	<p>Alice Rodrigues de Matos, representante da SMS Governador Valadares/MG e coordenadora do GT Água, informou que o Boletim sobre a água tratada está ok. No Boletim sobre água sem tratamento foram sugeridas duas alterações: a) No município de Belo Oriente – retirar gosto e manter apenas cor como ponto não satisfatório; b) No que se refere ao município de São José do Goiabal, manter apenas um ponto de não conformidade. Será enviado ofício à Fundação Renova para fazer as alterações.</p>
<p>3. Solicitação de monitoramento pelo município de Timóteo/MG</p>	<p>Micheline S. R. S., representante da SMS Regional de Saúde Coronel Fabriciano, relatou que um vereador solicitou inclusão de monitoramento da qualidade da água. A Superintendência Regional do município de Timóteo solicitou análises de alguns pontos de SAE e do sistema de abastecimento e foram apresentados alguns resultados insatisfatórios, mas como não há dados históricos, anteriores ao rompimento da barragem, foi solicitado monitoramento e acompanhamento. Micheline informou que o Rio Doce passa a seis kms do município e não há certeza se houve contaminação do lençol freático. Buscará os dados no CIS Água e avaliará a inclusão desses pontos no sistema de monitoramento, solicitado na NT – Deliberação CIF 707 (E66.03).</p>
<p>Encaminhamento E66.03</p>	<p>Micheline fará o levantamento dos pontos, indicará suas coordenadas e elaborará justificativa para solicitar a inclusão deles no monitoramento.</p>

2. Pauta dos GTs

b) GT-Planejamento:

Pauta	Discussão
<p>1. Informe sobre a 9ª Reunião Ordinária do GT Planejamento realizada no dia 19 de setembro de 2023</p>	<p>André Carvalho Alcântara, representante da Secretaria Estadual de Saúde/MG, relatou que uma das pautas tratadas na Reunião do GT Planejamento foi a análise da decisão judicial de Barra Longa/MG. Acrescentou que foi tratado, também, sobre os planos municipais de ação em saúde de Ouro Preto, Fundão, Governador Vadares e Dionísio. Apresentou o Plano de Ações em Saúde do município de Ouro Preto e informou que o plano cumpriu todas as exigências da NT 62, faltando apenas fazer apresentação para a</p>

	<p>comissão dos atingidos. O PAS de Ouro Preto será encaminhado ao CIF para aprovação, tão logo o município informe ter cumprido essa condicionalidade. Em seguida, André Carvalho informou que o Plano de Fundão foi avaliado, precisa fazer alguns acertos e apresentação à Comissão de Atingidos. Quando o município der esses retornos, o PAS de Fundão será remetido ao CIF para aprovação. Acrescentou que o PAS de Dionísio foi bem avaliado pela equipe. Já está completo e será enviado para aprovação. Relatou que o PAS de Governador Valadares foi avaliado, recebeu algumas ponderações e sugestões de ajustes e complementações: apresentação ao conselho municipal e à comissão de atingidos; inserir tópico de monitoramento e revisão do plano; detalhar a estrutura de saúde e vigilância epidemiológica; melhorar o diagnóstico; ajustar as metas e indicadores; repensar/avaliar a manutenção dos recursos administrativos e físicos solicitados. Avaliar a manutenção do item sobre zoonoses – vacinação de animais – ação não voltada diretamente à saúde humana. André Alcântara informou, ainda, que o município fará as alterações em 60 dias, e que após os ajustes o PAS será remetido ao CIF para a aprovação.</p>
<p>2. Apresentação do PAS do município de Timóteo/MG</p>	<p>Ana Amélia e Tharso, representantes do município de Timóteo, apresentaram o PAS do município. Apontaram os bairros de Macuco, Celeste e Licuri como área focal, territórios mais diretamente afetados pelo rompimento da barragem, por estarem mais próximos do Rio Doce. O município possui 86 mil habitantes, 17 unidades de saúde, uma delas em Macuco, que atende aos 3 bairros. Ana Amélia informou que, em levantamento feito junto às famílias, foram localizadas questões de saúde, mas sem conseguir traçar cenário claro de situações características do período pós rompimento. Ressaltou a grande circulação dos moradores de Timóteo, Santana do Paraíso e Ipatinga, o que considerou, aumenta o público-alvo e amplitude de ação do Plano. Apresentou os problemas identificados em cada eixo e as propostas de ação. Eixo 1: Atenção primária à saúde: transporte compartilhado com toda a rede de atenção – proposta: aquisição de um veículo, contratação de um motorista e manutenção do veículo. Reforma da unidade do Macuco, que atende os três bairros. Compra de computadores e mobiliário para a unidade de saúde. Eixo 2: Atenção especializada: subsídios de exames para apoio diagnóstico e monitoramento das condições de saúde. Eixo 3: Vigilância epidemiológica: Aquisição de veículo para a vigilância epidemiológica e contratação de motorista. Contratação de enfermeiro (a). Aquisição de coleiras repelentes para controle de zoonoses e de Imunobiológicos. Tharso, representante de Timóteo, apresentou as questões da vigilância ambiental: gosto desagradável da água, devido a presença de manganês na água acima do VMP. Informou que os bairros Licuri e Celeste são abastecidos por fontes alternativas de água – poços rasos e poços artesianos e que devido à falta de regularização fundiária no bairro Macuco a COPASA não universalizou o fornecimento. Foram definidos oito pontos para monitoramento</p>

da qualidade da água. Ações propostas: Instalar sistema de abastecimento de água e soluções individuais. Fortalecer as ações do Programa VIGIAGUA. Custeio das análises de água. Aquisição de um colorímetro para análise do cloro residual livre e análise de cor aparente de água e de fluoreto. Aquisição de caminhonete 4X4, contratação de motorista e custeio da manutenção do veículo por 10 anos. Lucas Daniel, coordenador da CT- Saúde agradeceu e parabenizou pela construção do plano. André Alcântara, representante da SES/MG parabenizou o plano, elaborado em conjunto com os atingidos. Sugeriu incluir partes do levantamento feito com as famílias; manter o custo estimado e informar as revisões periódicas que podem demandar correções dos valores. Informou que o PAS será revisado na reunião do GT do próximo mês e parecer será emitido. Elias Melo de Oliveira, representante da SES/MG, sugeriu: a) retirar a data de início da execução, substituindo pela informação de que será iniciado quando da aprovação e liberação dos recursos. b) Colocar o custo total por eixo e o custo total do plano. c) Na apresentação dos dados sobre saúde da população – ampliar o levantamento das notificações e atendimentos para além dos anos 2015 e 2016. d) Doenças relacionadas ao aparelho digestório: combinar as informações sobre as famílias e sobre a atenção primária. Ana Amélia e Tharso agradeceram todas as contribuições.

No dia vinte de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e cinco minutos, pela plataforma Teams, teve início a **parte pública** da **66ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Reunião Pública	
Pauta	Discussão
1. Apresentação da equipe da Fundação Renova e Convidados	Lucas Daniel Marciano de Oliveira, coordenador da CT-Saúde, agradeceu a presença da Fundação Renova e fez uma rodada de apresentação. Justificou o atraso na produção das atas, e informou que serão apresentadas para aprovação na próxima Reunião Ordinária da CT-Saúde.
b) Apresentação do Relatório de Acompanhamento do PG14	Lucas Daniel Marciano de Oliveira, coordenador da CT-Saúde, convidou a EY para apresentar o relatório de acompanhamento do Programa de Apoio Físico e Mental da População Impactada - PG14, ciclo 3. Alecksey Correa, representante da E&Y informou que o relatório aborda: objetivos e contexto; impedimentos ao processo de acompanhamento; recomendações; procedimentos realizados; resultados obtidos.

Acrescentou que o objetivo do relatório foi verificar as ações executadas pela Fundação Renova no período de janeiro de 2022 a fevereiro de 2023. Informou que a avaliação foi conduzida conforme as diretrizes estipuladas no TTAC, Deliberações CIF, Notas Técnicas emitidas pela CT Saúde, documento de definição do PG14 e processos judiciais. Alecksey citou os impedimentos no processo de acompanhamento: a) Judicialização: Os estudos epidemiológicos, toxicológicos e de avaliação de risco à saúde humana estão judicializados no âmbito do Eixo Prioritário 2, de forma que os Planos De Ação em Saúde, aprovados pelo CIF, estão judicializados, pois, a Fundação Renova considera que deveriam estar embasados em estudos técnicos científicos prévios, para identificar os impactos do rompimento da Barragem de Fundão. As ações do PG 14 afetadas pela judicialização não foram objeto de acompanhamento pela EY. b) Indicadores: Apresentação de incidente de divergência visando a nulidade da Deliberação 551, que aprova o escopo do PG14, levou a E&Y a não verificar o cálculo dos indicadores no 3º ciclo de avaliação. Não foram verificados no relatórios mensais emitidos pela Fundação Renova reportes à medição dos indicadores previstos no documento da definição do programa. Recomendações: a) Acompanhamento dos indicadores do Plano de trabalho do acordo judicial de Barra Longa/MG. b) Formalização nas atas de reuniões de trabalho, das recusas do município em compartilhar os dados para o acompanhamento dos indicadores. c) Implementação, junto ao PG06, de fluxo de acompanhamento e retorno das manifestações do SGS. O sr. Alecksey Correa, representante da E&Y, descreveu os procedimentos realizados para verificação das evidências da execução das ações definidas nos acordos judiciais de Mariana e Barra Longa e verificação do tempo dispendido para retorno às manifestações registradas no SGS, direcionadas ao PG014. Alecksey Correa apresentou a legenda dos pontos de criticidade, com o grau das inconsistências verificadas pela E&Y, que podem ser classificadas em alta, média ou baixa criticidade, conforme grau de impacto no programa. Resultados no PG014: Execução de atividades de apoio técnico e financeiro na suplementação do SUS de Mariana: a) Suplementação de recursos humanos – Foram feitos repasses de quatro parcelas de recursos financeiros; b) Capacitações dos profissionais de saúde: Foram realizadas em duas frentes – polo de Ponte Nova, conforme Plano de trabalho de Barra Longa, abordou onze (11) temáticas para diversos municípios: Recursos disponibilizados e duas capacitações realizadas. A terceira capacitação está prevista para ser realizada no segundo semestre de 2023. O Polo Mariana, baseado no plano de trabalho anexo ao acordo judicial de Mariana, aborda nove temáticas. Os recursos foram disponibilizados. c) Construção de unidade de atenção à saúde: ação de responsabilidade do PG08 e será verificada pela EY. d)

	<p>Aluguel de imóvel para referenciamento de saúde mental – contrato em vigência até abril de 2023. e) Fornecimento de medicamentos e materiais médicos: o município solicitou depósito dos recursos e ainda está em análise. A ação será verificada no próximo ciclo. f) Disponibilização de veículo: houve renovação de frota em fevereiro de 2023. Verificação das evidências do acompanhamento dos indicadores: A Fundação Renova realizou reuniões com o município, mas o município de Mariana não compartilha os dados e medições dos indicadores com a Fundação Renova, levando ao encerramento do ponto de auditoria do PG014 - 003. Para o município de Barra Longa: a) suplementação de RH – repasse de quatro parcelas no período, perfazendo um total de oito parcelas até o momento. b) Capacitação dos profissionais: inseridas no polo Ponte Nova, recursos disponibilizados para todos os cursos realizados em 2022. c) automóveis e combustíveis: contrato de disponibilização de veículo em vigência até 31 de dezembro de 2023. Não houve renovação de frota. Cartões combustível: contrato encerrado em agosto de 2023. Dilação de prazo foi solicitada. d) Locação de imóvel e disponibilização de mobiliário para unidade de atendimento à saúde: Foi solicitado que os recursos que seriam gastos com locação, fossem utilizados para reforma de imóvel próprio, questão ainda em análise. A disponibilização de mobiliário está condicionada à cessão do imóvel. Ações não iniciadas. e) Acompanhamento dos indicadores: A FR realiza reuniões com o município mas o acompanhamento dos indicadores não foi identificado, evidências não foram apresentadas. f) Verificação do tempo dispendido para retorno às manifestações registradas no SGS e direcionadas ao PG 014: (data de corte até 31/12/2022) 1.503 manifestações; 1.476 foram respondidas/finalizadas. 957 foram respondidas após o prazo de 20 dias. 23 manifestações em tratamento, mas respondidas a pós data de corte. 4 manifestações foram canceladas. Recomendação: Que a Fundação Renova implemente fluxo de acompanhamento visando cumprir os prazos definidos na Deliberação 105/2017.</p>
<p>c) Apresentação do Relatório de Acompanhamento do PMQACH – PG 038</p>	<p>A sra. Cataryna Morais, representante da E&Y, apresentou o relatório de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano – PMQACH – PG038. Informou que o objetivo do relatório foi verificar as ações executadas pela Fundação Renova no período de novembro de 2021 a março de 2023. Relatou que os procedimentos para verificação das evidências da execução das ações do PG 038, ciclo 3, pela Fundação Renova foram: a) verificação de evidências que corroborem a elaboração de relatórios anuais do PMQACH; As Notas Técnicas 34 e 54 evidenciam a elaboração dos relatórios. Dois relatórios foram entregues no período. b) verificação de evidências da disponibilização pela Fundação Renova dos laudos laboratoriais e formulários SISAGUA no prazo de 40 dias e consistência dos</p>

documentos: foram feitas três verificações – entrega dos laudos e relatórios realizada e consistência verificada. c) verificação de evidências que corroborem a execução da capacitação do PMQACH com os servidores das secretarias municipais de saúde: capacitação realizada com os temas previstos no PMQACH. Cataryna Morais, representante da E&Y, informou que não foi possível identificar se a capacitação ocorreu com os servidores da secretaria municipal de saúde, pois foram os municípios que selecionaram os participantes. Lucas Daniel, coordenador da CT – Saúde, agradeceu a E&Y a apresentação dos relatórios. Alice Matos, coordenadora do GT Água, perguntou pela escolha dos parâmetros, ph, E. coli e clorifórmio a serem avaliados nos laudos e Cataryna Morais respondeu que o critério foi técnico e não foram identificadas inconsistências nos 25 laudos sorteados, aleatoriamente, para análise. Alice Matos apontou que os laudos do CISAGUA apresentam divergências e avaliou que o número de laudos sorteados é muito pequeno. Sugeriu ampliar a porcentagem de laudos e os parâmetros a serem analisados. Cataryna Morais, relatou que seguem a metodologia da E&Y, mas podem avaliar a ampliação dos parâmetros para análise. Fernanda Gomide, representante da Fundação Renova, ressaltou que a auditoria é referente a um período e os problemas que estão acontecendo nos laudos são posteriores ao período analisado neste relatório. Isabela de Castro, representante da SRS Ponte Nova, sugeriu incluir parâmetros com a variabilidade de valores LD e LQ ao mesmo tempo, como por exemplo substâncias orgânicas e inorgânicas. Foi questionado que o material da capacitação não foi compartilhado com a CT Saúde. Paula Coimbra, representante da Fundação Renova, relatou que o conteúdo ministrado foi apresentado para a CT Saúde, mas Alice Matos, representantes da SRS Governador Valadares, informou que foi apresentado apenas a programação/temas e não o material utilizado. Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES, relatou que o material foi reprovado pela CT Saúde em Nota Técnica e deliberado pelo CIF, que solicitou a apresentação de outra proposta para as capacitações. Cataryna Morais, representante da E&Y, relatou que a capacitação mencionada foi executada em setembro de 2021, antes da reprovação. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, relatou que na Nota Técnica foi solicitado que os valores gastos com essa capacitação não fossem considerados como valores dispendidos pela Fundação Renova, o que foi aceito pelo CIF. Cataryna Morais informou que levará as questões levantadas internamente e retornará à CT posteriormente (**E.66.04**). Alice Matos, coordenadora do GT Água, solicitou esclarecimentos sobre os indicadores do PMQACH e Cataryna Moais informou que os indicadores do PG14 estão judicializados e nos critérios de encerramento do programa os indicadores do PMQACH não constam como finalísticos,

	<p>indicadores que são verificados pela E&Y. No documento de definição do PG14 não ficam claros os vínculos dos indicadores do PMQACH com o encerramento do PG14. A CT Saúde pode solicitar à E&Y que verifique os indicadores, mesmo não sendo finalísticos, ainda assim, é necessário aguardar a decisão judicial. Alecksey Correa sugeriu deixar mais claro os indicadores finalísticos do programa. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, relatou que a Deliberação 551 propõe ampliação do PMQACH e dos indicadores, então porque não fazer análise desses indicadores, perguntou. Cataryna de Moraes reafirmou que os indicadores não serão avaliados enquanto o programa estiver judicializado. Guilherme Alves, representante da ADAE, questionou a demora na publicização dos Boletins do PMQACH, o que dificulta as consultas aos dados e elaboração de pareceres. Solicitou que os parâmetros sejam apresentados de forma quantificada. Alice Matos, coordenadora do GT Água, informou que os parâmetros microbiológicos devem ser apresentados como ausentes ou presentes, em acordo com a Portaria de potabilidade 888, pois, independente da quantidade, se estiverem presentes (E. Coli, por ex.) já é considerado insatisfatório e demanda ação. Concordou que o prazo de publicização dos boletins é muito extenso. Guilherme Alves, representante da ADAE, sugeriu criar estratégias de articulação entre as CTS para monitoramento da qualidade da água. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, considerou que as deliberações devem ser cumpridas durante a judicialização dos programas. Perguntou se as auditorias serão feitas dos programa desde a judicialização e Alecksey Correa informou que dependerá da decisão judicial. Lucas Daniel, coordenador da CT-Saúde, solicitou esclarecimentos sobre os procedimentos da auditoria sobre a base de dados do SGS. Alecksey Correa informou que possuem acesso à plataforma, e podem acessar os dados em qualquer momento.</p>
<p>Encaminhamento E.66.04</p>	<p>Incluir na pauta da 67ª RO da CT Saúde a retomada dos pontos pendentes no relatório da E&Y sobre o PG014</p>
<p>Pronunciamento dos atingidos: a) Fala livre dos atingidos</p>	<p>Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, mencionou o incômodo frente à “seguridade” da Fundação Renova com a judicialização, com a qual se furta de responder os questionamentos dos atingidos. Guilherme Alves, representante da ADAE perguntou pela posição da CT-Saúde frente a remoção das ensecadeiras no Rio Pequeno – estruturas colocadas para evitar que a água do Rio Doce adentre e contamine a Lagoa Juparanã nas cheias, manancial que fornece água para o município de Linhares/ES. Informou que as obras da remoção já foram iniciadas. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, informou que esta retirada está sendo feita por decisão judicial.</p>

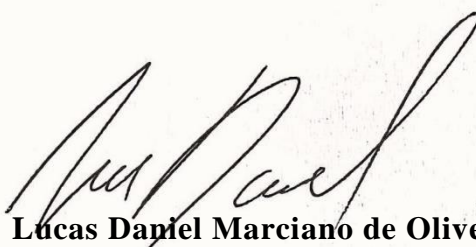
Sugeriu acionar a CT GRSA e CT SHQA. Como mais ninguém se manifestou o coordenador da CT Saúde, o sr. Lucas Daniel Marciano de Oliveira, encerrou a 66ª RO da CT Saúde, agradecendo a participação de todas e todos.

Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador da CT-Saúde, sr. Lucas Daniel Marciano de Oliveira, agradeceu a presença de todos e, às dezessete hoas e vinte minutos, dia vinte do mês de setembro de dois mil e vinte e três, deu a reunião por encerrada.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 68ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três.



Clycia de Almeida Ferreira
Secretária executiva da Câmara Técnica de Saúde



Lucas Daniel Marciano de Oliveira
Coordenador da Câmara Técnica de Saúde